

# ÍNDICE

Abreviaturas .....	11
Prefácio.....	27
Apresentação .....	29

## CAPÍTULO I

### DES OBJETIVOS E DA APLICACÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. Pressuposto e objetivos da execução penal .....	31
2. Natureza jurídica.....	32
3. Princípios e garantias constitucionais.....	33
4. Exequente.....	34
5. Executado.....	35
6. Jurisdição especializada.....	35
7. Execução provisória.....	36
7.1. Juízo competente em sede de execução provisória .....	38
8. Condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.....	39
9. Condenado pela Justiça Estadual que cumpre pena em presídio federal.....	39
10. Princípio da isonomia e direitos não atingidos .....	40

## CAPÍTULO II

### DO CONDENADO E DO INTERNADO, DA CLASSIFICAÇÃO

1. Noções gerais.....	42
2. Exame criminológico .....	43
3. Implicações decorrentes da Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003 .....	44
3.1. Classificação e individualização da pena .....	44
3.2. Progressão de regime prisional .....	45
3.2.1. Requisito subjetivo .....	47

## CAPÍTULO III

### DA ASSISTÊNCIA

1. Generalidades.....	50
-----------------------	----

2. Assistência material.....	52
3. Assistência à saúde.....	52
4. Assistência jurídica.....	54
5. Assistência educacional.....	55
6. Assistência social.....	56
7. Assistência religiosa.....	57
8. Da assistência ao egresso.....	58

## CAPÍTULO IV DO TRABALHO

1. Generalidades.....	60
2. Do trabalho interno.....	61
3. Do trabalho externo.....	62
3.1. Pena decorrente de condenação pela prática de crime hediondo ou assemelhado.....	63

## CAPÍTULO V DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

1. Dos deveres.....	64
2. Dos direitos.....	65
3. Da disciplina.....	67
3.1. Das faltas disciplinares.....	68
3.2. O RDD — Regime Disciplinar Diferenciado.....	72
3.2.1. Origem histórica.....	72
3.2.2. O regime disciplinar diferenciado na Lei de Execução Penal...	73
3.2.3. O isolamento preventivo e o regime disciplinar diferenciado preventivo ou cautelar.....	77
3.2.4. Procedimento.....	78
3.2.4.1. Inclusão preventiva no RDD.....	78
3.2.4.2. Decisão definitiva.....	79
3.2.5. Outras considerações ligadas ao regime disciplinar diferenciado.....	80
3.3. Das sanções.....	81
3.4. Das recompensas.....	85

## CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

1. Órgãos da execução.....	88
----------------------------	----

2. Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária .....	88
3. Do juízo da execução .....	89
3.1. Jurisdição .....	90
3.2. Juiz competente .....	90
3.3. Competência para a aplicação da lei mais benigna .....	93
3.4. Competência para declarar extinta a punibilidade .....	93
3.5. Competência para decidir sobre soma ou unificação de penas .....	94
3.6. Competência para decidir sobre progressão ou regressão de regime .....	95
3.6.1. Progressão de regime .....	95
3.6.2. Regressão de regime .....	95
3.6.2.1. Regressão cautelar .....	96
3.7. Competência para decidir sobre detração e remição de pena .....	97
3.7.1. Detração .....	97
3.7.2. Remição .....	98
3.8. Competência para decidir sobre suspensão condicional da pena .....	99
3.9. Competência para decidir sobre livramento condicional .....	101
3.10. Competência para decidir sobre incidentes da execução .....	101
3.11. Competência para autorizar saídas temporárias .....	102
3.12. Competência para determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução .....	103
3.13. Competência para determinar a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade .....	105
3.14. Competência para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos .....	107
3.15. Competência para determinar a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança .....	108
3.16. Competência para determinar a revogação da medida de segurança .....	108
3.17. Competência para determinar a desinternação e o restabelecimento da situação anterior .....	109
3.18. Competência para determinar o cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca .....	109
3.19. Competência para determinar a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP .....	110
3.20. Zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança .....	110
3.21. Inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade .....	112

3.22. Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei.....	113
3.23. Compor e instalar o Conselho da Comunidade.....	114
3.24. Emitir anualmente atestado de pena a cumprir.....	115
4. Do Ministério Público.....	116
5. Do Conselho Penitenciário.....	118
6. Dos Departamentos Penitenciários.....	120
7. Do patronato.....	121
8. Do Conselho da Comunidade.....	121
9. Da Defensoria Pública.....	124

## CAPÍTULO VII

### DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS

1. Dos estabelecimentos penais.....	126
2. Da prisão especial.....	132
3. Da penitenciária.....	135
4. Da colônia agrícola, industrial ou similar.....	137
5. Da casa do albergado.....	140
6. Do centro de observação.....	142
7. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	143
8. Da cadeia pública.....	144

## CAPÍTULO VIII

### DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPECIE

1. Das penas privativas de liberdade.....	146
2. Execução provisória.....	148
3. Superveniência de doença mental.....	150
4. Cumprimento e extinção da pena.....	151

## CAPÍTULO IX

### DOS REGIMES

1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.....	153
2. Condenação por mais de um crime.....	156

## CAPÍTULO X

### DA PROGRESSÃO DE REGIME

1. Progressão de regime e seus requisitos.....	158
1.1. Progressão.....	158

1.2.	Requisito objetivo.....	160
1.2.1.	Condenação por crime contra a administração pública .....	160
1.3.	Requisito subjetivo.....	161
1.3.1.	<i>Habeas corpus</i> visando progressão de regime .....	164
1.3.2.	Exame criminológico obrigatório e exame criminológico facultativo .....	165
2.	Progressão por salto.....	166
3.	Competência .....	167
3.1.	Condenado transferido.....	167
4.	Necessidade de prévia oitiva do Ministério Público e da Defesa .....	167
5.	Progressão e falta grave.....	168
6.	Gravidade do delito.....	170
7.	A progressão de regime em face do art. 75, § 1º, do Código Penal .....	171
8.	Falta de vagas em estabelecimento adequado.....	172
9.	Regime integralmente fechado .....	174
9.1.	A questão da (in)constitucionalidade.....	174
10.	Da progressão para o regime aberto.....	179
11.	Da prisão-albergue domiciliar.....	181
11.1.	Monitoramento eletrônico.....	183
11.2.	Prisão-albergue domiciliar em razão da ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento de pena no regime aberto.....	183
11.2.1.	Hipóteses excepcionais.....	186
12.	Progressão de regime prisional estando o preso sob Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	187

## CAPÍTULO XI

### DA REGRESSÃO DE REGIME

1.	Generalidades.....	191
2.	Condutas ensejadoras de regressão.....	192
2.1.	Prática de fato definido como crime doloso.....	192
2.2.	Prática de falta grave .....	193
2.3.	Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime .....	194
2.4.	Frustrar os fins da execução.....	196
2.5.	Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.....	196
2.6.	Violação de deveres relacionados com o monitoramento eletrônico .....	197
3.	Ampla defesa e contraditório .....	197
4.	Regressão cautelar.....	199

## CAPÍTULO XII

### DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA

1. Generalidades.....	201
2. Da permissão de saída.....	202
2.1. Prazo da permissão de saída .....	204
3. Da saída temporária.....	204
3.1. Hipóteses autorizadoras e requisitos .....	204
3.2. Competência .....	208
3.3. Prazo.....	208
3.4. Condições para o gozo de saída temporária .....	209
3.5. Monitoramento eletrônico.....	210
3.6. Revogação do benefício.....	210
3.7. Da recuperação do direito.....	211

## CAPÍTULO XIII

### DA REMIÇÃO

1. Noção.....	213
2. Generalidades.....	214
3. Requisitos .....	214
3.1. Remição pelo trabalho.....	214
3.1.1. Horário especial.....	216
3.1.2. Atividades laborativas.....	217
3.2. Remição pelo estudo.....	219
3.2.1. Quem pode remir pena pelo estudo.....	220
3.2.2. Remição cumulativa .....	221
4. Como se procede ao abatimento dos dias remidos.....	221
5. Outras considerações.....	222
5.1. Necessidade de declaração por sentença.....	222
5.2. Estabelecimento que não dispõe de condições para o trabalho .....	222
6. Perda dos dias remidos .....	223
6.1. Ampla defesa e contraditório .....	225

## CAPÍTULO XIV

### DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito e noção .....	227
2. Pressupostos .....	228
2.1. Pressupostos objetivos.....	229
2.1.1. Quantidade da pena.....	229

2.1.1.1. Sobre o art. 75 do Código Penal .....	231
2.1.2. Reparação do dano.....	232
2.2. Pressupostos subjetivos.....	234
3. Oitiva do Conselho Penitenciário, do Ministério Público e do defensor..	237
3.1. Do Conselho Penitenciário.....	238
3.2. Do Ministério Público.....	238
3.3. Do defensor.....	239
4. Livramento condicional a estrangeiro .....	239
5. Livramento condicional a quem se encontre sob Regime Disciplinar Diferenciado .....	240
6. Condições do livramento.....	241
6.1. Noção.....	241
6.2. Condições obrigatórias.....	241
6.3. Condições facultativas .....	243
6.4. Condições legais indiretas .....	245
7. Carta e cerimônia de livramento .....	245
8. Modificação das condições.....	246
9. Suspensão do curso do livramento condicional.....	248
10. Revogação do livramento.....	251
10.1. Generalidades.....	251
10.2. Revogação obrigatória.....	251
10.3. Revogação facultativa .....	254
11. Outras considerações.....	255
12. Extinção da pena privativa de liberdade.....	257

## CAPÍTULO XV

### DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO

1. Introdução.....	259
2. Autoridade competente para determinar o monitoramento.....	260
3. Cabimento.....	261
4. Cuidados e deveres do executado submetido a monitoramento eletrônico..	261
4.1. Receber visitas do servidor responsável pelo monitoramento eletrônico, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações.....	261
4.2. Abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoramento eletrônico ou de permitir que outrem o faça.....	262

5.	Violação dos deveres pelo executado.....	263
5.1.	Regressão de regime prisional.....	264
5.2.	Revogação da autorização de saída temporária.....	265
5.3.	Revogação da prisão domiciliar.....	265
5.4.	Advertência escrita.....	266
6.	Revogação do monitoramento.....	266
6.1.	Desnecessidade ou inadequação.....	267
6.2.	Violação de deveres.....	267
6.3.	Prática de falta grave.....	268

## CAPÍTULO XVI

### DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1.	Introdução.....	270
2.	As denominadas penas restritivas de direitos.....	272
3.	Da execução das penas restritivas de direitos.....	274
3.1.	Noções gerais.....	274
3.2.	Prestação pecuniária.....	274
3.2.1.	Prestação de outra natureza (ou prestação inominada).....	276
3.3.	Perda de bens e valores.....	277
3.4.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	277
3.5.	Interdição temporária de direitos.....	279
3.6.	Limitação de fim de semana.....	281
3.7.	Alteração da forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana.....	282

## CAPÍTULO XVII

### DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1.	A suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i> .....	284
2.	Tipos de <i>sursis</i> .....	285
3.	A execução do <i>sursis</i> .....	286
3.1.	<i>Sursis</i> ineficaz ou sem efeito.....	290
3.2.	Prorrogação e revogação do período de prova.....	292
3.2.1.	Prorrogação.....	292
3.2.2.	Revogação obrigatória e revogação facultativa.....	293
3.2.3.	Duplo <i>sursis</i> .....	296
3.2.4.	Cassação do <i>sursis</i> .....	296
3.2.5.	Extinção da punibilidade.....	297
3.2.6.	Registro.....	297



4. Cabimento de <i>sursis</i> em condenação por crime hediondo ou assemelhado .....	297
---	-----

## CAPÍTULO XVIII DA PENA DE MULTA

1. Generalidades .....	299
2. Do título executivo e da natureza jurídica .....	301
3. Legitimação ativa .....	301
4. Juízo competente .....	304
5. Processamento .....	307
6. Impossibilidade de conversão da multa em privativa de liberdade.....	309
6.1. Sobre a impossibilidade de conversão nos Juizados Especiais Crimi- nais .....	309
7. Outras considerações.....	312
7.1. Impossibilidade de execução provisória .....	312
7.2. Atualização monetária .....	313
7.3. Detração.....	313

## CAPÍTULO XIX DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Noções introdutórias .....	315
2. Condições da execução.....	318
3. Medidas de segurança em espécie.....	319
4. Ausência de vaga para internação.....	322
5. Da cessação de periculosidade.....	324

## CAPÍTULO XX DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO

1. Conceito e generalidades .....	327
2. Das conversões .....	328
2.1. Noção .....	328
3. Das conversões em espécie .....	330
3.1. Conversão da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, em restritiva de direitos.....	330
3.2. Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.	332
3.2.1. Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade ..	334
3.2.2. Conversão da pena de limitação de fim de semana.....	336
3.2.3. Conversão da pena de interdição temporária de direitos...	336

3.2.4.	Conversão das penas de prestação pecuniária e de perda de bens e valores.....	337
3.2.5	Conversão da pena inominada (pena de prestação de outra natureza).....	339
3.3.	Conversão da pena de multa em detenção.....	341
3.4.	Doença mental ou perturbação da saúde mental superveniente.....	341
3.4.1.	Duração da medida de segurança substitutiva.....	342
3.5.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação.....	344
4.	Do excesso ou desvio.....	345
4.1.	Noções gerais.....	345
4.2.	Do excesso.....	346
4.3.	Do desvio.....	347
4.4.	Quem pode suscitar.....	347
5.	Da anistia e do indulto.....	348
5.1.	Notas introdutórias.....	348
5.2.	Da anistia.....	349
5.2.1.	Procedimento.....	350
5.3.	Do indulto.....	351
5.3.1.	Indulto individual.....	352
5.3.1.1.	Procedimento.....	352
5.3.2.	Indulto coletivo.....	353
5.3.2.1.	Procedimento do indulto coletivo.....	357
5.3.3.	Comutação de pena.....	358
5.4.	Crimes hediondos e assemelhados.....	358

## CAPÍTULO XXI

### DO PROCEDIMENTO JUDICIAL

1.	Introdução.....	359
2.	Procedimento.....	360
3.	Iniciativa.....	360
4.	Processamento.....	361
5.	Do agravo em execução.....	363
5.1.	Fungibilidade recursal.....	365
5.2.	Outras considerações.....	366

<i>Bibliografia</i> .....	367
---------------------------	-----